



A INSEGURANÇA ALIMENTAR COMO FENÔMENO INTERDISCIPLINAR FOOD INSECURITY AS AN INTERDISCIPLINARY PHENOMENON

Évelyn Barboza Vitor

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências (Economia Aplicada) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). E-mail: evelynbvitor@usp.br

Silvia Helena Galvão de Miranda

Professora Titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Esalq/USP. E-mail: shgdmira@usp.br

Grupo de Trabalho (GT): <<10 Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo>>

Resumo

A fome, e mais amplamente, a Insegurança Alimentar (IA), é um fenômeno complexo e para se enfrentar o problema, em suas várias faces e gradações, é necessário se atentar aos vários recortes do tema. A Insegurança Alimentar está estreitamente ligada a fenômenos como as desigualdades sociais, a precariedade e a ausência do saneamento básico, as crises econômicas, a instabilidade política, os deslocamentos populacionais, a modificação de hábitos alimentares, mas também reflete a qualidade das instituições democráticas e as mudanças climáticas. O presente artigo tem por finalidade evidenciar a interdisciplinaridade do problema, destacar elementos principais dos temas/áreas de maior relevância para compreender o fenômeno da fome e da IA e para avançar nas estratégias para seu combate.

Palavras-chave: Fome, insegurança alimentar, desnutrição, interdisciplinaridade

Abstract

Hunger, and more broadly, Food Insecurity (FI), is a complex phenomenon and to face the problem it is necessary to consider its several faces and aspects of the theme. Food Insecurity is closely linked to phenomena such as social inequalities, precariousness and lack of basic sanitation, economic crises, political instability, population displacements, changes in feeding habits, as well as it also connects with the quality of democratic institutions and with the climatic change. This paper aims to highlight the interdisciplinarity of the problem, focusing on key elements in order to better understand the phenomenon of hunger and of FI, as well as to advance in strategies to fight against it.

Keywords: Hunger, food insecurity, malnutrition, interdisciplinarity

1. Introdução

Josué de Castro afirmava que a fome é um “fenômeno social total” abrangendo inúmeras questões – nutricionais, políticas, sociais, econômicas e de história. Mais além, ele dizia: “Ora, a fome, na acepção rigorosamente científica do termo, não compreende apenas a inanição, mas, sim, todas as modalidades de deficiência alimentar, formas visíveis e formas ocultas(...)”. Ele identifica o aspecto multidisciplinar do fenômeno e já antecipa a amplitude do problema razão pela qual, neste artigo, adota-se o termo insegurança alimentar. A fome é abrangida pelo conceito de insegurança alimentar, como caso grave, que considera todas as modalidades mencionadas por Josué de Castro e abarca as mais variadas situações. Diversas estatísticas recentes evidenciam a relevância deste assunto. Ao final de 2020, primeiro ano da crise sanitária Covid-2019 no Brasil, 19,1 milhões de pessoas conviviam com a fome. Em 2022, de acordo com o II relatório Vigisan, este número salta para 33,1 milhões em insegurança alimentar grave no País (REDE PENSSAN, 2022).



Este artigo tem como objetivo perpassar pela discussão sobre a origem, as causas e as soluções da fome no seu sentido mais básico, como conceituado pela FAO como a ausência de refeições até as questões relacionadas à má nutrição, inclusive a obesidade, assim como as relações entre insegurança alimentar e questões ambientais - mudanças climáticas e biodiversidade. O objetivo é ampliar a compreensão deste tema tão complexo, reunindo elementos que permitam maior clareza sobre as conexões necessárias para se ter um combate mais eficaz da fome e da insegurança alimentar.

2. Metodologia

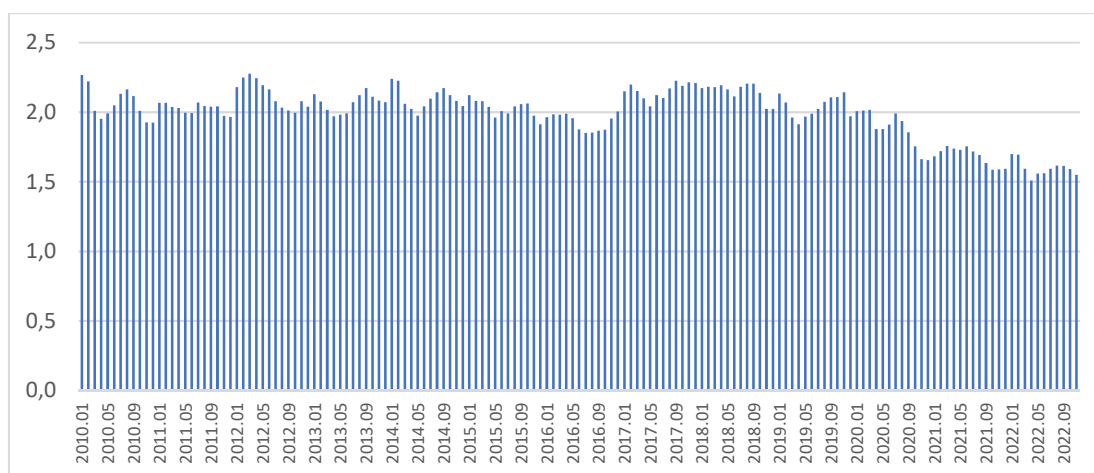
A partir de um estudo qualitativo e teórico-bibliográfico, conforme preconizado por Prodanov (2013), a compreensão interdisciplinar que relaciona a temática da fome tratada em diversas áreas do conhecimento e nos recortes das políticas públicas e das ações com participação da sociedade civil, este trabalho constitui um tipo de ensaio crítico sobre o tema.

3. História e evolução da insegurança alimentar no Brasil

Castro, 2004 e Prazeres, 2005 (Apud. Silva e Sá, 2006) relatam a origem da fome ainda no período colonial, como processo histórico-político da formação econômica do Brasil, relacionando-a à priorização da exportação em contraposição ao mercado interno e à concentração de riqueza. Linhares (1979) também relaciona a escassez de alimentos no Brasil, ao longo dos séculos XVIII e XIX, à concorrência desfavorável para a agricultura de subsistência em relação à exportadora, além de intempéries. Contudo, um importante elemento acrescentado por esse autor foram empecilhos institucionais para a produção para abastecimento interno. No final do século XIX e começo do XX, Silva e Sá (2006) explicam que a abolição da escravidão, expansão demográfica e a difusão do modo capitalista de produção no mercado interno provocaram transformações no sistema produtivo e na estrutura de classes brasileira. Nesse período, houve diversos conflitos relacionados à escassez de alimentos, carestia e perda de poder de compra das classes populares.

Nos anos 40 emergiu a preocupação com o levantamento das pessoas com fome no Brasil. Josué de Castro, elaborou o primeiro mapa da fome do país, seus determinantes e formas de superar o problema. Somente em 1974/1975, o IBGE realizou a primeira pesquisa de alcance nacional, o ENDEF, identificando que a desnutrição infantil de 27% no Nordeste a 11,7% no Sul, confirmando as desigualdades entre as regiões do país. Entre 1975 e 1989, houve 5% ao ano de redução na desnutrição infantil, processo que continuou entre 1996 e 2006/2007, quando a prevalência da desnutrição foi reduzida em cerca de 50%.

Em 2000, a erradicação da fome e redução da pobreza a 1/4 da população até 2015 foi definida como meta do Brasil, como Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em 2008, o Brasil alcançou a meta de redução da pobreza e em 2014, saiu do Mapa da Fome, reduzindo a população em todos os níveis de insegurança alimentar (FAO, 2014). Contudo, conforme explicam Jesus e Hoffmann (2023) e Saes e Miranda (2022), a partir de 2014, com a instabilidade política, a instabilidade econômica e na sequência a crise sanitária, a situação de desemprego, perda do poder de compra do salário mínimo e preços de alimentos em ascensão resultaram em agravamento da situação de pobreza e de insegurança alimentar no País. Conforme dados da Rede PENSSAN (2022), apenas 4 em cada 10 domicílios brasileiros são capazes de ter acesso integral à alimentação. A Figura 1 abaixo mostra o efeito da perda do poder de compra, indicando a razão entre o custo da cesta básica do DIEESE pelo salário mínimo na região Metropolitana de São Paulo, de janeiro de 2010 a novembro de 2022.



4. O complexo desafio da interdisciplinaridade do problema da Insegurança Alimentar

Destacam-se aspectos socioeconômicos, institucionais, nutricionais, dos sistemas de produção (oferta de alimentos) e ambientais, dentre tantos recortes possíveis para tratar da insegurança alimentar. No âmbito socioeconômico, é importante ressaltar a questão do emprego e da renda, dos preços de alimentos e da inflação, além de elementos associados às políticas públicas para o combate à IA. Cabe lembrar que as políticas que, em geral, têm efeito de aumentar emprego e promover a geração de renda, com melhoria de distribuição dessa renda sustentável são políticas de efeitos a médio e longo prazos. Embora algumas medidas de expansão da economia (aumento dos gastos públicos) geram impactos mais imediatos, via de regra, as medidas que são estruturais tendem a produzir efeitos no longo prazo. Por exemplo, as políticas de investimento na melhoria do nível de escolaridade da população.

Além das medidas estruturantes, é necessário, no curto prazo, que as políticas de transferência de renda sejam adotadas atendendo aos mais vulneráveis. O Programa Fome Zero e os bancos de alimentos organizados por prefeituras ilustram essas políticas de transferência de renda.

Para Jesus e Hoffmann (2023), a pobreza e as restrições de acesso a alimentos desaparecem com renda elevada e bem distribuída (Hoffmann e Jesus, 2023). Belik (2020) relata que enquanto as famílias mais pobres (renda de até 2 salários mínimos) gastam em média R\$ 120/mês para alimentar cada membro, as mais ricas (renda superior a 25 salários) gastam R\$ 671. Ao se analisar em termos relativos, segundo o autor, nos domicílios ricos, apenas 5% do orçamento é usado com alimentação, enquanto nos mais pobres, 26%.

Outro elemento determinante da situação da IA é o institucional, âmbito em que se discutem não somente as políticas públicas de toda a natureza, a estrutura legal e de operacionalização, ou seja, a estrutura institucional que ampara essas políticas e é igualmente determinante para promover e amparar as iniciativas de ações da sociedade civil. Campello (2021) enfatiza as expertises do Brasil na construção de políticas públicas de combate à fome, que contribuíram para a melhoria da SAN entre 2004 e 2013. Mas alerta para o desmonte e declínio dessas políticas em áreas importantes a partir dos anos de 2017/2018, saúde, alimentação escolar, educação entre outras.

A questão nutricional do problema da insegurança alimentar aparece até mesmo em indivíduos e populações de alta renda, em geral, pelos hábitos que vêm se tornando mais comuns de refeições mal balanceadas, ou da importação de padrões alimentares que não são os adequados àquela população, ou ainda, aos modismos e propagandas como ocorre com a alimentação focada em produtos ultraprocessados, sanduíches e muitos doces. A desnutrição e a obesidade estão presentes no quadro de problemas de insegurança alimentar no Brasil, em todas as regiões brasileiras. Esta deficiência nutricional não é um problema da atualidade. Na



verdade, conforme Castro (1984), a alimentação do brasileiro revelou-se à luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias.

No que tange à produção de alimentos, para Adami (2021) o Brasil é um caso de sucesso, com capacidade de atender tanto a demanda doméstica quanto a externa, e recorda que dependia da importação de alimentos até a década de 70. Nos anos 1970 com os investimentos em tecnologia e pesquisa, o setor produtivo alcançou grandes ganhos em produtividade. Segundo Saes e Miranda (2022), diante desse quadro, o crescimento da fome parece não estar ligado diretamente à oferta de alimentos, mas, sim, a dificuldades na sua distribuição. Belik (2020), contudo, oferece críticas à lógica brasileira de produção e distribuição de alimentos, relacionadas inclusive à relação de preços com o mercado internacional.

A questão da produção de alimentos, contudo, não se limita apenas a observar a produção total, a produtividade e a área. Questões fundiárias, ambientais, sociais, particularmente da necessidade de se apoiar de forma mais eficaz a agricultura familiar, e neste âmbito, a valorização de culturas diversas, inclusive aquelas tradicionais que vieram sendo abandonadas, são essenciais para que o processo de combate à IA seja de fato amplo e inclusivo. Em 2019, a ONU lançou a Década da Agricultura Familiar, com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar com a criação de políticas públicas que englobem questões econômicas, sociais e ambientais (EMBRAPA, 2019). A multifuncionalidade da agricultura familiar tem sido cada vez mais reconhecida internacionalmente, não só pelo papel para a segurança alimentar mas para proteger a agrobiodiversidade.

8. Considerações Finais

Josué de Castro ensinou a todos com essa obra que a fome é um fenômeno complexo e, portanto, complexa também será a solução e para tanto são precisos estudos nas mais variadas áreas, mas estudos que devem, atualmente, ser conduzidos de forma integrada, em parcerias e colaborações entre especialistas das diferentes áreas que se associam seja na caracterização do problema da insegurança alimentar, seja para sua solução.

O combate à insegurança alimentar, tendo em vista a amplitude de situações abarcadas por este termo, requer que o fenômeno seja estudado, detalhado e bem compreendido não somente em cada recorte geográfico, mas também nos recortes social, ambiental, econômico, no âmbito do poder público e da sociedade civil, de modo que as propostas de políticas e ações levem em conta as peculiaridades das distintas situações sobre as quais estão agindo.

Essa complexidade evidencia que não basta apenas criar empregos, gerar renda, conferir acesso a fatores de produção e condições de produção para os agricultores familiares, ou utilizar com mais vigor as políticas de transferência de renda e riqueza. É preciso trabalhar no âmbito dos estudos de demanda, compreender o comportamento dos consumidores das diferentes classes sociais e regiões; é preciso compreender como os hábitos alimentares tradicionais que contavam com diversidade de alimentos e mais alimentos frescos, foram cedendo espaço a produtos ultra processados, a padrões de refeições que foram importados de outros países e culturas. É preciso avançar na conversão paulatina dos sistemas de produção atuais para sistemas produtivos mais sustentáveis e justos. É preciso definir o que é “justo”, identificar o que é possível, com as tecnologias já disponíveis, alcançar em termos de sustentabilidade.

Bibliografia

ADAMI, A.C.O. **Segurança alimentar e o papel do Brasil na oferta mundial de alimentos**. ESALQ-USP, 19/04/2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniaocpepea/seguranca-alimentar-e-o-papel-do-brasil-na-oferta-mundial-de-alimentos.aspx> Acesso em: 27/03/2023.

BELIK, W. Desigualdade no prato: um retrato das contradições do sistema alimentar brasileiro. O joio e o Trigo, 21/10/2020. Entrevista concedida a Victor Mاتيoli. Disponível em:



<https://ojoioeotriggo.com.br/2020/10/desigualdade-no-prato-um-retrato-das-contradicoes-do-sistema-alimentar-brasileiro/>

CAMPELLO, T ; BORTELLO, A. P. Da fome à fome. São Paulo: Elefante, 2022

CASTRO, J. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. Editora Antares, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/web/up/473/o/CASTRO__Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf Acesso em: 27/03/2023.

EMBRAPA. Visão 2030: **O futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 01/04/2023.

FAO. Organização das Nações Unidas Para Alimentação e a Agricultura. **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório 2014**, 90p. Disponível em: <http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: 04/04/2023.

GEOGRAFIA DA FOME: **Da Fome à Fome: A Volta da Insegurança Alimentar**. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-e-da-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 30/03/2023.

PRODANOV; C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN. Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia do COVID-19 no Brasil**. Rede PENSSAN. 2022. Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022 .pdf](https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf) Acesso em: 29/03 /2023.

SAES. M.S.M. MIRANDA. S.H.G. **Fome e Produção de Alimentos. Jornal USP. 2022**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/fome-e-producao-de-alimentos/> Acesso em: 13/03/2023.

SILVA, J. L, SÁ, A. J. A Fome no Brasil: Do Período Colonial até 1940. **Revista de Geografia**, v.23 (3), 2006.